

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE OUTREM

São José 04 de Junho de 2019.

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Luzerna, Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO nº 0001/2019.

A DAMIRAIDE LUCIA MAFRA 03617987923, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.196.811/0001-04 com sede na rua Madre Tereza de Calcuta 77, Real Parque , na cidade de São José, estado de Santa Catarina, por seu representante legal, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea " a ", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência , a fim de interpor: RECURSO ADMINISTRATIVO, contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante CENTRAL BLU LTDA, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucede que, após a análise da documentação apresentada pelos licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa CENTRAL BLU LTDA, ao arremio das normas editalícias.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar ;

8.9.2 Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e/ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.

8.9.2.1 Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

8.9.3 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características (manutenção, instalação e elaboração de Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC), quantidades e prazos compatíveis com o objeto de no mínimo 50% do quantitativo de equipamentos previstos no Anexo VII, por período não inferior a 1 ano, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.9.4 atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem aptidão da Empresa Licitante para a prestação dos serviços em características (manutenção, instalação e elaboração de Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC), prazos e quantidades, compatíveis com o objeto, de no mínimo 50%.

A licitante apresentou 6 (SEIS) atestado sendo que dois não estão no nome da empresa que executou o serviço e dois não estão de acordo a descrição do item 8.9.4 do edital, e não apresentou a certidão jurídica de algum conselho que a empresa possua registro.

Questionamento 1

O Atestado de capacidade Condomínio FIP e o atestado de capacidade da Assembléia estão no nome da (LIMPAR SERVIÇOS EPP LTDA), que executou os serviços, e não sendo a empresa CENTRAL BLU LTDA, conforme o item 8.9.4, não tendo validade para esta licitação.

Questionamento 2

O Atestado de capacidade (ESTACON ENGENHARIA S.A) e o atestado de capacidade (ROVITEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MALHAS LTDA), não consta qual foi o tipo de serviço prestado apenas quantitativos de equipamentos, conforme o item 8.9.4 do edital deixa bem claro que nos atestados de capacidades deverão constar (manutenção, instalação e elaboração de Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC), os atestados apresentados não tem validade pois ninguém sabe o que foi prestado pela empresa, pois não tem descrição do objeto prestado.

Questionamento 3

A empresa não apresentou o Certidão jurídica que comprove que ela possua registro em algum conselho conforme o item 8.9.2, apresentou apenas a certidão física do engenheiro, aonde não comprova seu vínculo com a empresa conforme a exigência do item 8.9.2.1, estes itens mencionados são de habilitação aonde a empresa não enviou conforme a exigência do edital.

A comissão da licitação deu para o licitante vários tempos para que Le pudesse arrumar toda sua documentação erradas, mandando vários atestados ate depois da solicitação do ultimo anexo que deveria apenas mandar o contrato que comprovasse que executou o serviço do atestado de capacidade Wizard, não podendo mas ser aceito pela comissão de licitação o ultimo anexo, pois o atestados da Rotivex não poderá ser aceito.

É sabido de todos que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro a apresentação de documento corrigido que deveria ter sido visto antes do envio dos documentos pelo portal eletrônico pertinente à habilitação.

Ficou claro que a empresa tentou burlar este pregão colocando atestados de capacidades que não eram de sua competência, já deveria ter sido impugnado automaticamente no momento que a comissão verificou o erro, não podendo solicitar novos anexos dois itens errados, pois no edital apenas consta que a comissão poderá apenas solicitar a comprovação com contratos conforme o item 8.9.4.3 do edital.

Conforme a exigências do item 8.9.4 do edital a licitante não tem os atestados suficiente para que comprove que tem aptidão para ser vencedora destes lotes, pois sua comprovação não chega a 50% conforme tal exigência.

Aliás, o § 3º, do art. 43, da Lei nº 8666/93, deixa patente a impossibilidade de ser incluído documento posteriormente à fase apropriada.

§ 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

III – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito

para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa CENTRAL BLU LTDA, inabilitada para prosseguir no pleito.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos

P. Deferimento

Damiraide Lucia Mafra

CPF 03617987923

Fechar